COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.888, DE 2012

Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.

Autora: Deputada SANDRA ROSADO

Relatora: Deputada JÔ MORAES

I – RELATÓRIO

Encontra-se no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família o Projeto de Lei nº 3.888, de 2012, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que cuida de alterar o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências” (conhecida como Lei Maria da Penha).

Busca-se, mediante tal iniciativa legislativa, explicitar, no âmbito da referida lei, que não se aplicará aos agentes dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, os institutos despenalizadores previstos para aplicação no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, tais como termo circunstanciado substitutivo do auto de prisão em flagrante e dispensa de fiança, composição civil dos danos extintiva da punibilidade, transação penal, suspensão condicional do processo e representação nos crimes de lesão corporal leve.

Tal proposta legislativa é justificada pela respectiva autora sob o argumento de que a medida nela prevista (explicitação no âmbito da Lei Maria da Penha da vedação à aplicação nas hipóteses referidas) é importante e será necessária a fim de se preservar a essência original desse diploma legal. Isto porque o projeto oriundo do Senado Federal que cuida de instituir novo código de processo penal (Projeto de Lei nº 8.045, de 2010) trata de revogar parcialmente a Lei nº 9.099, de 1995, no tocante aos dispositivos que se referem ao direito penal e aos Juizados Especiais Criminais. E, se aprovado nestes exatos termos, poder-se-á entender que teria restado abolida de nosso ordenamento jurídico a vedação hoje inculpada no art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que prevê literalmente que, *“Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”*.

Por despacho do Presidente desta Câmara dos Deputados, a aludida proposição foi distribuída para análise e parecer a esta Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos do que dispõem os artigos 24 e 54 do Regimento Interno desta Casa para tramitar em regime de tramitação ordinária, sujeitando-se à apreciação pelo Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do disposto na alínea “t” do inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno desta Casa, pronunciar-se sobre o mérito de matérias relativas à família, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência física ou mental.

E, como as modificações legislativas propostas no âmbito do projeto de lei em tela dizem respeito à proteção à mulher, deve, portanto, esta Comissão sobre o mérito de tal proposta se manifestar.

Nessa esteira, cabe louvar o conteúdo da aludida proposição, a qual merece, sem dúvida, prosperar.

Não se pode olvidar que a explicitação, no âmbito da Lei Maria da Penha, da vedação a que se aplique, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher – independentemente da pena prevista – os institutos despenalizadores previstos no âmbito da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, revela-se de grande relevância a fim de se preservar isto que, enfim, constitui diretriz fundamental ou mesmo a verdadeira essência daquele diploma legal.

Com efeito, no contexto observado em que um projeto oriundo do Senado Federal que cuida de instituir novo código de processo penal e já em tramitação nesta Casa (Projeto de Lei nº 8.045, de 2010) trata de revogar parcialmente a Lei nº 9.099, de 1995, no tocante a todos os dispositivos que se referem ao direito penal e aos Juizados Especiais Criminais, nada mencionando sobre a vedação aludida – prevista no art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, atualmente mediante mera remissão ao disposto na Lei nº 9.099, de 1995 – , soa prudente e judicioso adotar a medida de que trata o projeto de lei em exame a fim de impedir discussões ou afirmações futuras, no caso de vir a prosperar o novo código de processo penal nos exatos termos projetados, de que proibição em tela – quanto à aplicação dos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099, de 1995 –, teria restado abolida de nosso ordenamento jurídico.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.888, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputada JÔ MORAES
Relatora